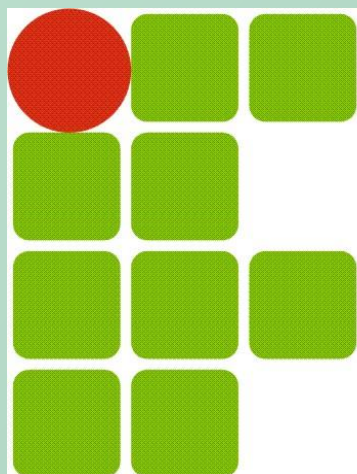




Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
RIO DE JANEIRO

CAMPUS VOLTA REDONDA

**EDITAL DE PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 03/2015
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA EXECUÇÃO DE
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA DE AR
CONDICIONADO**



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

LICITAÇÃO
EXCLUSIVA PARA
MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE
(DECRETO Nº
6204/07)



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**CAMPUS VOLTA REDONDA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015****PROCESSO Nº 23274.000249 / 2015-95**

Razão Social: _____

CNPJ Nº. _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Celular: _____

Contato: _____

Recebemos através do acesso à página www.comprasnet.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de ____.

Assinatura

Senhor Licitante,

Objetivando comunicação futura entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e essa empresa, solicitamos a V.S.^a o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra à Coordenação de Compras, Compras, Licitações e Contratos por meio do fax (24) 3337-8912 e/ou correio eletrônico secom.cvr@ifrj.edu.br.

O não preenchimento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2015

EDITAL

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, mediante Pregoeiro(a) designado(a) pela(s) Portaria(s) nº 19, de 28 de janeiro de 2015, publicada no D.O.U em 09 de fevereiro de 2015, torna público, para ciência dos interessados e habilitados no ramo pertinente que na data, horário e local acima indicados, realizará Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, por meio da utilização dos recursos da tecnologia da informação, do tipo Menor Preço Global, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Procuradoria Federal do IFRJ, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as Leis nº. 10.520 de 17/07/2002, Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, os Decretos nº. 3.555 de 08/08/2000, nº. 3.722 de 09/01/2001, nº. 3.784 de 06/04/2001, nº. 4.485 de 25/11/2002 e nº. 5.450 de 31/05/2005, e subsidiariamente aos dispositivos da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, com as alterações subsequentes, dispositivos da IN/MARE nº. 05 de 21/07/1995, republicada em 09/01/2001, e demais legislações e normas pertinentes, nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

TIPO DE LICITAÇÃO: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

DATA DE ENVIO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DE 27/08/2015

HORÁRIO DE BRASÍLIA: A PARTIR DE 08:00 HORAS.

LOCAL: HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 07/09/2015

HORÁRIO DE BRASÍLIA: A PARTIR DE 10:00 HORAS.

LOCAL: HTTP://WWW.COMPRASNET.GOV.BR

CAMPUS VOLTA REDONDA

CÓDIGO DA UASG: 158488

1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília (DF) e nessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

EDITAL	4
DO OBJETO	7
DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	7
DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO	9
DA VISITA TÉCNICA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	10
DO ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	10
DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS	13
DA FORMULAÇÃO DE LANCES	13
DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	15
DA HABILITAÇÃO	16
DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	17
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	18
DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	19
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO CURSO DO CERTAME	20
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO	21
DA ENTREGA DO EMPENHO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	22
DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO	23
DA GARANTIA	23
DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	24
DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA	24
DOS ENCARGOS DO IFRJ E DA LICITANTE VENCEDORA	24
DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS	25
DAS OBRIGAÇÕES GERAIS	26
DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO	26
DO PAGAMENTO	27
DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO	27
DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO	27
DAS PENALIDADES	27
DA RESCISÃO	28
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	28
ANEXO I	31
ANEXO II	40



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III.....	41
ANEXO IV	42
ANEXO V	43
ANEXO VI	44
ANEXO VII	45
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO	45
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....	45
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	46
CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.....	50
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS	50
CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E PAGAMENTO.....	51
CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	51
CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA	51
CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO.....	52
CLAUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	52
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES	53
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO.....	53
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO.....	53
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO	53
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO NO VALOR CONTRATUAL	54
CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	54
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	55
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO	55
ANEXO I DO CONTRATO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)	56



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DO OBJETO

3. Constitui objeto do presente Edital de Licitação **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO** da **CAMPUS VOLTA REDONDA** do IFRJ, conforme especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I que passa a fazer parte integrante deste Edital independente de transcrição.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4. Só poderão participar deste Pregão Eletrônico microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o artigo 48 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 6º do Decreto nº. 6.204, de 05 de setembro de 2007, que desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos e que possuam obrigatoriamente registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) com Habilitação Parcial. Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 4.1. Para fins de comprovação de que exerçam atividades econômicas pertinentes ao objeto desta licitação, os vencedores terão seus CNPJ verificados na página da Receita Federal. Caso seja constatado que a empresa não exerça atividade primária ou secundária compatível com o objeto, a mesma será inabilitada.
- 4.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizada nas Unidades da Federação.
- 4.3. O IFRJ é unidade cadastradora do SICAF.
5. O cadastramento junto ao SICAF, seja ele feito no IFRJ ou qualquer outro órgão cadastrador, não garante a **HABILITAÇÃO** da empresa participante do certame; esta será definida **na sessão pública**.
- 5.1. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 5.2. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2º, do Decreto nº. 5.450/2005.
- 5.3. O fornecedor que fizer jus ao tratamento diferenciado e favorecido previsto em lei, deve declarar, no ato do envio de sua proposta e em campo próprio do sistema, que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.
- 5.4. O Sistema Comprasnet verificará automaticamente, junto ao banco de dados da Receita Federal, a condição do porte das empresas, se microempresas - MEs e empresas de pequeno porte - EPPs, que será refletida no sistema após o encerramento da fase de lances.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 5.5.** A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista nos subitens da **Condição 82** deste edital.
- 6.** Não será admitida nesta licitação à participação de empresas:
- 6.1.** Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - 6.2.** Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
 - 6.3.** Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - 6.4.** Estrangeiras que não funcionem no País.
 - 6.5.** Cooperativas de mão-de-obra, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e Ministério Público do Trabalho em 05 de junho de 2003, homologado judicialmente através do processo nº. 1082/02, da 20ª. Vara do Trabalho de Brasília/DF, tendo em vista que o presente certame demanda execução de mão-de-obra em estado de subordinação.
- 7.** Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte, pela Lei Complementar nº. 123/2006, as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo 4º do seu artigo 3º, abaixo transcrito:
- “§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:*
- I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;*
 - II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;*
 - III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*
 - IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiado por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*
 - V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;*
 - VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;*
 - VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

...

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio previsto nesta Lei Complementar, e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º deste artigo, será excluída do regime de que trata esta Lei Complementar, com efeitos a partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva”.

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº. 5.450/05), no site <https://www.comprasnet.gov.br>.
9. Os licitantes que participarão do Pregão na forma eletrônica deverão ser previamente credenciados perante o provedor do Sistema Eletrônico.
10. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
11. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº. 5.450/05).
12. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF. (Art.3º, § 3º, do Decreto nº. 5.450/05).
13. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema, para imediato bloqueio de acesso. (Art.3º, § 4º, do Decreto nº. 5.450/05).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

14. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao IFRJ, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art.3º, § 5º, do Decreto nº. 5.450/05).

DA VISITA TÉCNICA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

15. A visita técnica é facultativa e será registrada através de Termo de Vistoria – Anexo III, por servidor(a) designado(a) pela Prefeitura do IFRJ Campus Volta Redonda.
- 15.1. Para realização da visita técnica, os licitantes deverão entrar em contato com a Prefeitura do IFRJ Campus Volta Redonda, no(s) telefone(s) (24)3356.9110, e agendar a data e o horário da vistoria.

DO ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

16. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (inciso III Art. 13º, Decreto nº. 5.450/05).
17. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
18. É vedado ao licitante por na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação;
19. Após a divulgação do Edital no site oficial <https://www.comprasnet.gov.br>, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do Sistema eletrônico**, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 19.1. É DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO LICITANTE O CAMPO DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO, COM A ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO E INDICAÇÃO DA MARCA E MODELO, QUANDO COUBER, POSSIBILITANDO AO PREGOEIRO A CORRETA ANÁLISE DO SERVIÇO A SER ADQUIRIDO;
- 19.2. O NÃO PREENCHIMENTO DO CAMPO “DESCRIÇÃO DETALHADA”, ASSIM COMO A UTILIZAÇÃO DE EXPRESSÕES DO TIPO “DE ACORDO COM O EDITAL”, “SIMILAR AO EDITAL”, “CONFORME O EDITAL” OU QUAISQUER EXPRESSÕES SIMILARES, IMPLICARÃO NA RECUSA DA PROPOSTA, POR NÃO CONTER INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À ANÁLISE DO OBJETO OFERTADO.
- 19.3. CASO O ESPAÇO RESERVADO NÃO FOR SUFICIENTE PARA TODA A DESCRIÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ MENCIONAR OS PRINCIPAIS QUESITOS. NESTE CASO, NO INTUITO DE REALIZAR UM MELHOR JULGAMENTO, O PREGOEIRO PODERÁ SOLICITAR, NA FASE DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS, O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

(ANEXO II) VIA SISTEMA COMPRASNET, ATRAVÉS DA OPÇÃO “CONVOCAR ANEXO”.

- 19.4.** A funcionalidade "Convocar Anexo" será utilizada durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, a partir da etapa de aceitação das propostas. O Pregoeiro, para tanto, selecionará em tela própria do Sistema o(s) fornecedor(es) que deverão enviar o(s) anexo(s). O Sistema encaminhará via chat mensagem de convocação, disponibilizando-a a todos, inclusive para acompanhamento da sociedade, e apresentará o link "Convocado". Neste momento, o(s) fornecedor(es) convocado(s) deverá(ão) encaminhar o(s) anexo(s) por meio da funcionalidade "Anexar", disponível para esse fim. Confirmado o envio do(s) anexo(s), o Sistema apresentará a informação "Consultar", possibilitando ao Pregoeiro a análise daquele(s).
- 19.5.** A convocação para enviar anexo será encerrada por decisão do Pregoeiro inclusive nos casos de recusa de proposta. A opção "Convocar anexo", para o envio de anexo, estará disponível também na fase de habilitação, sendo possível apenas para o fornecedor que teve a proposta aceita. Após o encerramento da sessão pública, o sistema disponibilizará a opção de "Convocar anexo" na fase de adjudicação, sem contar, no entanto, com a opção Chat. Nesse caso o fornecedor usará a função "Enviar anexo/planilha atualizada", podendo utilizar o campo "Observações" para explicitar tal procedimento
- 19.6.** A fim de agilizar a sessão pública, o Pregoeiro poderá ainda solicitar o "Anexo/planilha" via email, para melhor administração da Equipe de Apoio.
- 20.** Na fase transitória, os pregões eletrônicos que receberam anexos em suas propostas, e que ainda não forem encerrados, terão o arquivo anexado excluído automaticamente pelo Sistema, caracterizando necessidade da convocação do fornecedor classificado para o envio de um novo anexo. Os arquivos anexados (planilhas, entre outros), ficarão disponíveis apenas para o pregoeiro na função "Visualizar proposta".
- 21.** Até a abertura da Sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 22.** A licitante deverá consignar, em campo adequado do sistema eletrônico, o valor total para o item ofertado, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 23.** Caberá ao licitante acompanhar as operações realizadas no Sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão (inciso IV Art. 13, Decreto nº. 5.450/05).
- 24.** Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

25. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
26. O licitante deverá lançar as declarações abaixo listadas, de forma eletrônica, conforme disponibilizado no Sistema, no momento do lançamento da proposta:
- 26.1. Declaração de inexistência de fato superveniente;
 - 26.2. Declaração de que a empresa não emprega menor;
 - 26.3. Declaração de que a empresa concorda com as condições estabelecidas neste edital;
 - 26.4. Declaração ME/EPPs (caso aplicável).
27. A Proposta de Preços contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado **deverá ser formulada e apresentada** na Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Aterrado - Volta Redonda - RJ - CEP: 27.213-100 – Coordenação de compras, Compras, Licitações e Contratos, conforme Anexo II constante neste Edital, **quando o pregoeiro assim solicitar, imediatamente** a partir do término da etapa de lances, com os **VALORES UNITÁRIOS e VALORES GLOBAIS PARA CADA ITEM atualizados em conformidade com os lances ofertados, CONTENDO OS SEGUINTE DADOS:**
- 27.1. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão;
 - 27.2. Prazo máximo do início dos serviços de 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato;
 - 27.3. A especificação clara, completa e minuciosa do objeto oferecido em conformidade com o Anexo I deste Edital;
 - 27.4. Os preços constantes das propostas enviadas deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, escritos em algarismos e por extenso.
 - 27.5. Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.
 - 27.6. Os seguintes dados do licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento.
 - 27.7. O primeiro licitantes classificados a partir do término da etapa de lances deverá encaminhar ao Pregoeiro, quando este assim solicitar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a proposta ajustada ao preço do lance ofertado:
 - 27.7.1. Para o e-mail secom.cvr@ifrrj.edu.br, com a proposta assinada digitalmente; **OU**
 - 27.7.2. Proposta original, assinada pelo responsável por ofertá-la, para o seguinte endereço: Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Aterrado - Volta Redonda - RJ, CEP: 27.213-100 – COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Parágrafo único: Apenas A PROPOSTA poderá ser encaminhada por e-mail; os documentos habilitatórios deverão ser encaminhados por correio, em original ou cópias autenticadas, se o pregoeiro assim solicitar.

28. O envelope a ser entregue deverá conter, no seu lado externo, a seguinte identificação:

IFRJ
CAMPUS VOLTA REDONDA
COORDENAÇÃO DE COMPRAS, COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015
(DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO)
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ DA EMPRESA

29. Não será aceita oferta de serviço com especificações diferentes das indicadas no Anexo I deste edital.
30. A proposta apresentada em desacordo com este edital será desclassificada.
31. O primeiro licitante classificado a partir do término da etapa de lances que não apresentar sua proposta como definido no item 27.7, serão desclassificadas.

DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

32. A partir das 10:00 horas, do dia 07/09/2015, a Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº. 03/2015, no site oficial <https://www.comprasnet.gov.br>, será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, a divulgação das propostas recebidas, iniciando a etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº. 5.450/05.

DA FORMULAÇÃO DE LANCES

33. A partir do horário previsto no item 32 do Edital, a Sessão Pública no site oficial <https://www.comprasnet.gov.br> será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 33.1. Os licitantes poderão participar da Sessão Pública no site oficial, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.
- 33.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.
- 33.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 33.4. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 33.5.** O Sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 34.** O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 35.** Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, com **VALORES GLOBAIS POR (ITEM)**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 35.1.** No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 35.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da Sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 35.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.
- 35.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 35.5.** Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado vedado à identificação do licitante.
- 35.6.** A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 35.7.** O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 35.8.** Após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 35.9.** A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 35.10.** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 35.11.** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 36.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 36.1.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 36.2.** Os licitantes deverão comprovar, quando habilitadas, a situação de regularidade, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através do correio eletrônico secom.cvr@ifrj.edu.br, com posterior encaminhamento do **original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** para Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Atterrado - Volta Redonda - RJ, CEP: 27.213-100 – COORDENAÇÃO DE COMPRAS, COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
- 36.3.** Os licitantes deverão apresentar, ainda, as declarações exigidas na Seção **“DA HABILITAÇÃO”** deste Edital, juntamente com a Proposta de Preços.
- 36.4.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 37.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar **exclusivamente** quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.
- 38.** O Critério de julgamento e classificação das Propostas será o do **MENOR VALOR GLOBAL PARA CADA ITEM**.
- 39.** Será **analisada pelo Setor Solicitante** a correta discriminação dos itens ofertados, verificando sua conformidade com o solicitado no Termo de Referência, assim como será avaliada a qualidade técnica dos bens ofertados.
- 40.** Após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 41.** A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 42.** Poderão ser acordados pequenos acertos de valores para equalizar valores totais com unitários, de forma a manter os valores com 02 (duas) casas decimais, não podendo o valor ajustado ser superior ao negociado no Pregão.
- 43.** Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 43.1.** Ocorrendo a situação a que se refere este item, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

44. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

DA HABILITAÇÃO

45. É permitida a comprovação da habilitação jurídica e da **regularidade fiscal (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS, INSS, Balanço Patrimonial, Receita Estadual e Receita Municipal)**, na forma e condições estabelecidas neste Edital, por meio de cadastramento no SICAF (**Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores**), nos termos do Decreto nº. 3.722, de 09/01/2001, do Decreto nº. 4.485, de 25/11/2002, e da IN MARE nº. 05, de 21/07/1995.
46. A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos “Documentos de Habilitação” da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital e, a verificação será feita por meio de consulta “on-line” da regularidade quanto ao cadastramento no SICAF, assegurada à cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão.
47. As microempresas e empresas de pequeno porte definidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, interessadas em participar desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).
- 47.1. A comprovação da situação de regularidade poderá ser feita mediante encaminhamento da documentação através do correio eletrônico secom.cvr@ifrj.edu.br, com posterior encaminhamento do **original ou cópia autenticada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** para Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Atterrado - Volta Redonda - RJ - CEP: 27.213-100 - COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
- 47.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a requerimento do interessado e a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa (§ 1º Art. 43, Lei Complementar nº 123/2006).
- 47.3. A **não-regularização da documentação**, no prazo previsto nesta condição, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogar a licitação;
48. Havendo irregularidade no cadastramento no SICAF e, não sendo apresentada, pela licitante já inscrita, documentação satisfatoriamente atualizada e regularizada, a licitante será inabilitada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

49. A boa situação financeira terá como base os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial ou apurados mediante consulta *online* no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 49.1. O licitante que apresentar um resultado igual ou menor que um (≤ 1) em qualquer dos índices LG, SG e LC, será verificado no SICAF o Capital Social mínimo exigido em relação ao somatório dos itens que cotar.
50. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado;
51. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do Certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (art.25, § 4º do Decreto nº. 5.450/2005);
52. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, deverão ser apresentados via fax, **imediatamente ao término da etapa de lances**, após solicitação do Pregoeiro no Chat do Sistema Eletrônico.
53. Os documentos e anexos exigidos para habilitação, depois de remetidos através da opção “convocar anexo” no site do Comprasnet, via fax ou pelo correio eletrônico, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de **2 (dois) dias úteis, contados do término da etapa de lances, quando o pregoeiro assim solicitar**.
54. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.
55. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e conformidade da proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº. 5.450 de 31/05/2005.
56. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem a Seção “**DA HABILITAÇÃO**” deste Edital.

DA SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

57. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

eletrônica, encaminhado através do e-mail **secom.cvr@ifrj.edu.br** com assinatura eletrônica ou, PREFERENCIALMENTE, entregue na **COORDENAÇÃO DE COMPRAS, COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS** do IFRJ, endereço Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Atterrado - Volta Redonda - RJ – CEP 27.213-100, horário de 10 às 16 horas.

58. Não serão reconhecidas as impugnações enviadas via fax, vencidos os prazos legais e as mesmas deverão ser elaboradas com a observância dos seguintes requisitos:
- a) Serem impressas e devidamente fundamentadas;
 - b) Conter todos os dados do responsável pela impugnação;
 - c) Serem assinadas pelo responsável legal do licitante, ou no caso de cidadão comum, pelo próprio (eletronicamente no caso de enviada por email);
59. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado (a) pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento via e-mail ou pela **COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS** do IFRJ.
60. A contagem da data de recebimento do pedido de impugnação será iniciado a partir do recebimento do pedido pela Coordenação de Compras, Licitações e Contratos e não a partir do recebimento deste no IFRJ, pelo serviço de Protocolo, responsável por encaminhar as correspondências recebidas aos setores interessados. Deste modo, para que o interessado não perca o prazo legal, recomenda-se a entrega do pedido de impugnação em mãos, na própria Coordenação de Compras, Licitações e Contratos ou via correio eletrônico com pedido de confirmação de recebimento de mensagem.
61. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização de Certame.
62. Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das condições fixadas para esta licitação, após o prazo definido.
63. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a) até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço indicado no item 57.
64. As dúvidas referente a este edital e ao objeto serão dirimidas somente via correio eletrônico, não sendo esclarecidas dúvidas por telefone.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

65. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
66. O Pregoeiro abrirá prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, conforme Acórdão nº 1990/2008-TCU/Plenário, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
67. A A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 68.** A recorrente e as demais licitantes deverão enviar via correio ou entregar nas dependências do IFRJ uma via original das razões e as contra-razões dos recursos que foram registradas em campo próprio do sistema dentro do prazo legal. As razões e contra-razões dos recursos deverão ser encaminhadas a COORDENAÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, situada à Rua Antônio Barreiros, nº 212, Aterrado, Volta Redonda - RJ – CEP: 27.215-350 e dirigidas ao Pregoeiro, o qual decidirá sobre os recursos após apreciação
- 69.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 70.** O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema..
- 71.** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à apreciação da autoridade competente sempre que o mesmo não acatar o recurso.
- 71.1.** A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
- 72.** Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 73.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 74.** É assegurada aos licitantes vista imediata dos atos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.
- 75.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na COORDENAÇÃO DE COMPRAS, COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, Rua Antônio Barreiros, nº 212, Aterrado, Volta Redonda - RJ, nos dias úteis no horário de 10 às 12h e de 13 às 16 horas.
- 76.** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 77.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 78.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 79.** A adjudicação poderá ser feita para um ou mais licitantes vencedores desta licitação.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

80. A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DO PRESENTE CERTAME OCORRERÁ SOMENTE APÓS O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, SEJAM ELAS EM MEIO ELETRÔNICO, FAX, CÓPIAS AUTENTICADAS OU ORIGINAIS IMPRESSAS, QUANDO O PREGOEIRO ASSIM SOLICITAR.
81. A homologação da licitação é de responsabilidade do diretor geral do ifrrj campus volta redonda e só poderá ser realizada depois de decididos os recursos, quando houver, e após a adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NO CURSO DO CERTAME

82. No caso de a licitante deixar de cumprir sua proposta, será convocada a seguinte, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis quando se tratar de recusa injustificada, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.
83. As penalidades referidas no caput do artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores não se aplicam às demais licitantes convocadas nos termos do artigo precedente que não aceitarem a contratação.
84. Ficará impedido de licitar e contratar com a **União**, e será descredenciado no **SICAF**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:
- a) Quando convocado, não comparecer para retirar e/ou assinar instrumento contratual;
 - b) Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
 - c) Apresentar documentação falsa;
 - d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
 - e) Não manter a proposta;
 - f) Falhar ou fraudar na execução da Contratação;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo;
 - h) Fizer declaração falsa; e
 - i) Cometer fraude fiscal
85. As penalidades de que tratam o item anterior serão aplicadas na forma abaixo:
- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedida de licitar e contratar com a União por até 90 (noventa) dias;
 - b) falhar ou fraudar na execução do serviço, ficará impedida de licitar e contratar com a União por, no mínimo 90 (noventa) dias a 2 (dois) anos;
 - c) apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedida de licitar e contratar com a União por, no mínimo, 2 (dois) anos até 5 (cinco) anos.
86. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no caso de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período sem prejuízo das multas previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

87. A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, pelo descumprimento total ou parcial deste Edital:

87.1. Advertência, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave aos licitantes que descumprirem as obrigações e responsabilidades assumidas na licitação e/ou acarretarem transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFRJ;

87.2. Multa:

- a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento do prazo de entrega ou execução do serviço, previsto neste Edital, limitado a 20 (vinte) dias de atraso;
- b) de 20% (vinte por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência.

88. As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, nos termos da Lei nº. 6.830/80, com os encargos correspondentes.

89. Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a entrega ou execução do serviço, se a irregularidade não for sanada, podendo, ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

90. Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

91. Para as penalidades previstas nos **itens 82 a 907** será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

92. As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração

93. Desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, os licitantes que descumprirem as obrigações e responsabilidades assumidas na licitação, e/ou acarretarem transtornos ao desenvolvimento dos serviços do IFRJ, estarão sujeitos à advertência.

94. Após o início das atividades, a empresa estará sujeita às sanções previstas nos Níveis Mínimos de Serviço, anexo ao contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO

95. As despesas relativas decorrentes do presente Edital correrão à conta do orçamento específico do (a):



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- a) Programa de Trabalho: 088742
b) Fonte: 0112000000
c) Elemento de Despesa: 339039.17
96. O pagamento será efetuado pelo IFRJ, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is) /fatura(s) com o(s) devido(s) atesto(s) do setor competente.
97. O IFRJ reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, verificar que o serviço entregue ou realizado não corresponde às especificações do presente Edital e da proposta apresentada.
98. O pagamento somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.
99. Para que seja efetuado o pagamento, a licitante contratada deverá:
- a) Apresentar nota fiscal e fatura correspondente a prestação dos serviços;
 - b) Comprovar sua regularidade perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF); e
 - c) Comprovar quitação dos impostos, taxas e demais encargos que incidam sobre os pagamentos resultantes da execução do objeto.
100. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho
101. Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da licitante contratada (matriz/filial), encarregada da execução do objeto, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota de empenho.
102. Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos enumerados na letra “b)” do **item 99** desta Seção, se confirmada sua validade em consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
103. Nenhum pagamento será efetuado à licitante contratada enquanto pendente estiver qualquer obrigação legal ou contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso no pagamento.

DA ENTREGA DO EMPENHO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

104. Procedida à homologação pela autoridade competente da adjudicação proferida pelo Pregoeiro, a empresa vencedora deverá proceder retirada da Nota de Empenho na Campus Volta Redonda à Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Aterrado - Volta Redonda - RJ - CEP: 27.213-100 e executar os serviços objeto do presente Instrumento no Prédio da Campus Volta Redonda à Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Aterrado - Volta Redonda - RJ - CEP: 27.213-100, conforme o Termo de Referência (Anexo I).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

- 105.** A Administração do IFRJ convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) úteis dias úteis, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 106.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do IFRJ.
- 107.** É facultado à Administração do IFRJ, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 108.** A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração do IFRJ, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.
- 109.** O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

DA GARANTIA

- 110.** Para atender ao interesse público, obriga-se o(s) licitante(s) vencedor(es) prestar garantia no valor equivalente a 5,0% (cinco por cento) do valor global da proposta, podendo ser apresentada na forma das seguintes modalidades:
- a. caução em dinheiro;
 - b. seguro garantia;
 - c. fiança bancária.
- 111.** Cabe à CONTRATADA, de posse do instrumento assinado, providenciar uma das garantias e apresentá-la dentro do prazo de 7 (sete) dias, prorrogável por igual período, após a assinatura do contrato.
- 112.** A não apresentação da garantia ou envio de qualquer comunicado à CONTRATANTE, justificando seus motivos para tal e solicitando prorrogação de prazo para entrega, impedirá a publicação do extrato de contrato, portanto, a validade deste; bem como o decaimento do direito da CONTRATADA em firmar contrato com esta instituição.
- 113.** Com o decaimento do direito à contratação da empresa ganhadora, cabe ao IFRJ convocar as demais empresas, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.

Parágrafo Primeiro - Do valor da garantia, poderão a juízo do IFRJ, ser imputadas quaisquer importâncias decorrentes de multa e/ou penalidades aplicadas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

à CONTRATADA ficando a mesma obrigada a recompô-la em 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da notificação da multa que incorrer.

Parágrafo Segundo - A garantia será liberada ao final do Contrato, através de requerimento, por escrito, da interessada, após aprovação desta liberação pelo Fiscal/Gestor do Contrato.

DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 114.** A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- 115.** O Termo de Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, desde que obtidos preços e condições vantajosas para a Administração, mediante Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses (art.57, II da Lei 8.666/93), com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.
- 116.** Nos aditivos, será feita pesquisa de preços pelo IFRJ e os valores pesquisados serão comparados aos apresentados pela contratada, sendo aceito pela administração o **menor valor** entre a proposta da contratada e o valor encontrado na pesquisa.
- 117.** Nos aditivos que prevêm o aumento do valor de contrato, caberá à empresa providenciar nova garantia contratual, sob o mesmo percentual de 5% do valor total do contrato e respeito aos mesmos prazos e condições para assinatura do termo aditivo que foram fixadas para a assinatura do contrato (**Condição 110**).
- 118.** Do mesmo modo, caso o aditivo trate da supressão do valor do contrato, é facultativo à empresa o resgate da garantia originalmente apresentada e entrega de nova garantia, referente a 5% do valor redefinido.

DOS ENCARGOS DO IFRJ E DA LICITANTE VENCEDORA

- 119.** Caberá ao IFRJ:
- 119.1.** Permitir acesso dos funcionários da licitante vencedora às instalações do IFRJ para a execução dos serviços constantes do objeto;
 - 119.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da licitante vencedora;
 - 119.3.** Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Anexo I, bem assim os materiais fornecidos;
 - 119.4.** Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço, por intermédio do Gestor e fiscal do contrato designado pelo IFRJ.
- 120.** Caberá à licitante vencedora:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 120.1.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:
- a. Salários;
 - b. Seguros de acidente;
 - c. Taxas, impostos e contribuições;
 - d. Indenizações;
 - e. Vales-refeição;
 - f. Vales-transporte; e
 - g. Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 120.2.** Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares do IFRJ, porém sem qualquer vínculo empregatício com o Órgão;
- 120.3.** Manter, ainda, os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do IFRJ;
- 120.4.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do IFRJ;
- 120.5.** Inteirar-se, junto ao IFRJ, dos detalhes de entrada e saída, na área de prestação de serviços, de seu pessoal, veículos, equipamentos, materiais e demais pertences de sua propriedade, adotando as medidas de segurança exigidas;
- 120.6.** Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do IFRJ, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a prestação dos serviços alvo desta Licitação;
- 120.7.** Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados no recinto do IFRJ;
- 120.8.** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas.

DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

121. À licitante vencedora caberá, ainda:

- 121.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o IFRJ;
- 121.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do IFRJ;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 121.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a esse processo licitatório e respectivo contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência.
- 122.** A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do IFRJ, nem poderá onerar o objeto desta Licitação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o IFRJ.

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 123.** Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:
- 123.1.** É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do IFRJ durante a vigência do contrato;
- 123.2.** É vedada a subcontratação de outra empresa para execução da totalidade dos serviços constantes do objeto.

DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

- 124.** A Gestão e Fiscalização do objeto desta licitação será de competência e responsabilidade exclusiva do IFRJ, a quem caberá verificar, se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do Edital, assim como praticar todos os atos que se fizerem necessários, para a fiel execução do serviço contratado.
- 125.** A critério do IFRJ, a Gestão e fiscalização do contrato poderá ser ou não acumulada por um único servidor do quadro, definido pelo ordenador de despesa do IFRJ.
- 126.** São atribuições do gestor:
- a.** Conferir e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pelo contratado, com as alterações feitas pelo ajuste dos Níveis Mínimos de Serviço, caso seja necessário;
 - b.** Analisar e instruir processo concernente a faltas cometidas pelo contratado, com indicação de penalidade cabível e da necessidade ou não de rescisão contratual visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;
 - c.** Analisar e instruir processo concernente a aplicação de multas e execução da garantia, visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;
- 127.** A Fiscalização efetivar-se-á no local da execução do serviço, por servidor do IFRJ, previamente designado.
- 128.** A Fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o final do Contrato e será exercida no interesse exclusivo do IFRJ, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.
- 129.** Caberá à Fiscalização do IFRJ:
- a.** Observar as falhas na execução do objeto relativo à mão-de-obra e a não observância ao objeto;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- b. Determinar a correção de vícios e danos detectados na execução do objeto;

DO PAGAMENTO

- 130.** O pagamento será executado pelo IFRJ, após atesto que será realizado pelo Gestor/fiscal do IFRJ, de acordo com as parcelas percentuais estabelecidas na proposta de preços.
- 131.** O não cumprimento pela CONTRATADA das obrigações trabalhistas e a falta de recolhimento das contribuições previdenciárias, dará ensejo à suspensão do pagamento, bem como a rescisão unilateral do Contrato.
- 132.** O pagamento ocorrerá na data final de cada período de aferição, observando o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 133.** O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do IFRJ, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Licitação.

DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DO VALOR A SER CONTRATADO

- 134.** No interesse da Administração do IFRJ, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.
- 135.** A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e
- 136.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

DAS PENALIDADES

- 137.** Pela recusa em assinar o termo de contrato sem justificativa por escrito e aceita pela Diretoria Geral do IFRJ, ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato.
- 138.** Salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado assim considerado pela Administração, de inexecução parcial ou de inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, cumulativamente ou não:
- a. Advertência
- b. Multa de:
- b.1.** 0,5% ao dia sobre o valor contratado, no caso de atraso injustificado na execução dos serviços, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. Após o quinto dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- b.2.** 10% sobre o valor contratado, na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.1” , ou em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- b.3.** 30% sobre o valor contratado, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o IFRJ, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.
- 139.** O valor da multa, aplicado após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo IFRJ à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.
- 140.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” da **Condição 138** poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
- 141.** As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” da mesma condição também poderão ser aplicadas à CONTRATADA caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com Administração.

DA RESCISÃO

- 142.** A inexecução total ou parcial do Contrato ou a não apresentação de uma das garantias mencionadas no **item 110**, ensejará a sua rescisão que ocorrerá de pleno direito e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, constituindo motivos o que dispõe o art. 78 da Lei 8.666/93.
- 143.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 144.** A rescisão do contrato poderá ser:
 - 144.1.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do IFRJ, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou
 - 144.2.** Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do IFRJ; ou
 - 144.3.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 145.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 146.** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início, incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

147. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.
148. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação com a Administração.
149. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da Sessão Pública.
150. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
151. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa mediante ato escrito e fundamentado.
- 151.1. A anulação do procedimento licitatório induz à da Contratação.
- 151.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Contratação.
152. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o **IFRJ** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
153. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
154. Após a homologação do pregão eletrônico, as **dúvidas referentes à Nota de Empenho deverão ser retiradas junto ao Setor Financeiro, no telefone (24) 3356-9151.**
155. Após o recebimento da Nota Empenho, as **dúvidas referentes à assinatura do termo de contrato deverão ser retiradas junto à Coordenação de Compras, Licitações e Contratos, no telefone (24) 3356-9152.**
156. Após a prestação do serviço e encaminhamento da Nota Fiscal, as **dúvidas referentes ao pagamento deverão ser retiradas junto ao solicitante do serviço, pelo telefone que este disponibilizar e/ou no Setor Financeiro, no telefone (24) 3356-9151.**
157. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do **item 82** do presente Edital, o lance é considerado proposta.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

158. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança de futura Contratação.
159. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições na Lei nº. 10.520 de 17/07/2002 e na Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, os Decretos nº. 3.555 de 08/08/2000, nº. 3.722 de 09/01/2001, nº. 3.784 de 06/04/2001, nº. 4.485 de 25/11/2002, nº. 5.450 de 31/05/2005 e nº. 6.204 de 05/09/2007, e subsidiariamente aos dispositivos da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, com as alterações subsequentes, dispositivos da IN/MARE nº. 05 de 21/07/1995, republicada em 09/01/2001, suas atualizações e demais normas pertinentes.
160. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail: secom.cvr@ifrj.edu.br.
161. Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por cartório competente ou servidor da Administração.
162. A participação na Licitação implica na aceitação integral e irretratável dos Termos deste Edital, seus Anexos e instruções, bem como a observância dos Regulamentos Administrativos e das Normas Gerais e Especiais determinadas e citadas no Edital.
163. O presente Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos na **Coordenação de Compras, Compras, Licitações e Contratos**, na Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Aterrado - Volta Redonda - RJ - CEP: 27.213-100, mediante o fornecimento de mídia no formato CD-R ou CD-RW ou pen drive ou ainda no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br>.
164. Ocorrendo situação não prevista nesse documento, a decisão quanto ao procedimento a ser adotado será de responsabilidade do Pregoeiro sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes e os princípios que regem os procedimentos da Administração Pública.
165. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem dos procedimentos licitatórios, será o da Justiça Federal do Volta Redonda.
166. O presente Edital foi aprovado pela Procuradoria Federal do IFRJ.

Volta Redonda, 21/08/2015.

Coordenação de Compras, Licitações e Contratos



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA**

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 03/2015

VOLTA REDONDA

UASG 158488

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23274.000249/2015-95

1. DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva de aparelho de ar condicionado.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1.** A implementação dos serviços de manutenção dos condicionadores de ar se faz necessária a fim de se garantir o funcionamento dos equipamentos em perfeitas condições e também a salubridade do ar no ambiente refrigerado de salas de aula e setores administrativos do Campus Volta Redonda do IFRJ.

3. ESPECIFICAÇÕES

Item	Especificação	Unid.	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	Manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos condicionadores de ar conforme Tabela constante no item 4.2	Prestação de serviço	01	37.752,00	37.752,00
Justificativa: Manutenção preventiva e corretiva dos condicionadores de ar do campus Volta Redonda.					

TOTAL ESTIMADO: R\$ 37.752,00 (Trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais)

4. LOCALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS

- 4.1.** Os serviços de manutenção corretiva e preventiva de aparelho de ar condicionado deverão ser executados no IFRJ Campus Volta Redonda situado à Rua Antonio Barreiros, 212 – Bairro Aterrado – Volta Redonda – RJ – CEP: 27.213-100.
- 4.2.** O valor mensal do serviço deverá englobar todos os equipamentos do Campus Volta Redonda, conforme relação a seguir:



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

item	Especificação	Unidade	Quantidade
1.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Comfee, 12.000 btu's.	u	01
2.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Comfee, 18.000 btu's.	u	02
3.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca DeLonghi, 18.000 btu's.	u	01
4.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca DeLonghi, 30.000 btu's.	u	04
5.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Electrolux, 30.000 btu's.	u	01
6.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Electrolux, 36.000 btu's.	u	01
7.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Electrolux, 48.000 btu's.	u	03
8.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Elgin, 30.000 btu's.	u	01
9.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Komeco, 18.000 btu's.	u	01
10.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Komeco, 36.000 btu's.	u	05
11.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Komeco, 48.000 btu's.	u	02
12.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca LG, 27.000 btu's.	u	01
13.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Midea, 30.000 btu's.	u	03
14.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca Springer, 36.000 btu's.	u	14
15.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca York, 12.000 btu's.	u	04
16.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca York, 18.000 btu's.	u	07
17.	Condicionador de Ar, tipo Split, marca York, 30.000 btu's.	u	06
18.	Condicionador de Ar, tipo ACJ, marca Gree, 22.000 btu's.	u	02



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 5.1.1. A assistência técnica preventiva consistirá em procedimentos de manutenção, visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, observando-se as periodicidades constantes neste Termo de Referência, bem como recomendar ao IFRJ eventuais providências, sob o seu controle, que possam interferir no desempenho dos mesmos.
- 5.1.2. Constarão da manutenção preventiva, entre outros procedimentos necessários à conservação e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, os seguintes serviços:
- a. manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos equipamentos;
 - b. manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos componentes dos circuitos e sistemas hidráulicos;
 - c. manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos componentes dos circuitos e sistemas eletro-eletrônicos;
 - d. manutenção dos circuitos de força e comando elétrico dos equipamentos;
 - e. manutenção de todas as peças e componentes periféricos inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
 - f. limpeza geral dos equipamentos;
 - g. lubrificação geral dos equipamentos;
 - h. manutenção das peças do sistema de distribuição do ar condicionado, grelhas e dutos;
 - i. conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento otimizado dos equipamentos;
 - j. manutenção dos dutos e de todo o sistema de drenagem da água de condensação;
 - k. limpeza geral das casas de máquinas e leitura de todas as grandezas elétricas, mecânicas e de temperatura necessárias para se caracterizar o bom ou mau funcionamento dos equipamentos.
- 5.1.3. A manutenção preventiva deverá ser feita independentemente de ter havido manutenção corretiva no período, devendo ser emitido relatório de atendimento específico para cada tipo de manutenção.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

5.1.4. A programação elaborada pela CONTRATADA deverá obedecer às rotinas de manutenção preventiva descritas a seguir:

A. ROTINAS A SEREM EXECUTADAS MENSALMENTE:

- Limpeza externa dos condicionadores;
- Limpeza dos painéis frontais;
- Limpeza da serpentina evaporadora;
- Verificar fechos das tampas e parafusos dos painéis;
- Limpeza interna dos condicionadores;
- Limpeza dos sistemas de drenagem da bandeja de água e condensação;
- Lavagem e verificação dos filtros de ar;
- Verificar alinhamento e tensão do sistema de polias e correias;
- Lubrificar conforme necessidade;
- Reapertar parafusos dos mancais, eixos e suportes;
- Verificar o nível de óleo dos compressores;
- Medir pressão do gás;
- Medir tensão e corrente dos compressores;
- Medir tensão e corrente do motor do ventilador;
- Medir tensão e corrente das assistências elétricas de aquecimento;
- Inspecionar os quadros elétricos;
- Reapertar os terminais elétricos;
- Verificar problemas de aquecimento de contatos e chaves.
- Limpar os filtros de ar;
- Lubrificar os rolamentos não blindados dos ventiladores;
- Medir tensão e corrente dos motores;
- Verificar todas as chaves elétricas, contatos e problemas de aquecimento;
- Verificar e reapertar bornes e ligações elétricas;
- Verificar se há vazamento de água;
- Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- Verificar variação de temperatura da entrada e saída do ar da serpentina.

B. ROTINA A SER EXECUTADA SEMESTRALMENTE:

- Executar a lavagem das serpentinas.

5.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.2.1. Essa manutenção consistirá no atendimento às solicitações do IFRJ, sob demanda, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação por defeito do equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou correções durante a realização de manutenção preventiva.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 5.2.2. Para toda intervenção corretiva deverá a CONTRATADA emitir um relatório detalhado dos serviços executados, onde deverá ser informada, quando for o caso, a peça que foi substituída, de forma detalhada, abrangendo a marca, o modelo e o número do tombamento patrimonial do equipamento a ser consertado.
- 5.2.3. A chamada para a manutenção corretiva deverá ser atendida em até 04 (quatro) horas após o chamado de manutenção feito pelo IFRJ, e o prazo para o reparo não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas corridas, salvo em casos fortuitos e alheios à contratada, os quais deverão ser devidamente justificados por ela e apreciados pelo fiscal/gestor do contrato, que poderá, a seu critério, julgar a pertinência do pleito e estabelecer novo prazo compatível e razoável para a execução do serviço.
- 5.2.4. Os serviços serão executados no local onde o equipamento encontra-se instalado, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja a necessidade de deslocá-lo até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização prévia da CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para o IFRJ.
- 5.2.5. A CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a data da assinatura do contrato, executar uma manutenção preventiva em conformidade com o subitem 5.1, devendo, após a realização da manutenção, apresentar relatório de acordo com o subitem 5.1.3, sendo que a periodicidade das demais manutenções preventivas deverá ser executada nos termos dispostos no subitem 5.1.4.

5.3. MANUTENÇÃO EVENTUAL

- 5.3.1. O IFRJ, por intermédio da Fiscalização/Gestão, convocará a empresa contratada, sempre que necessário, para a realização de serviços eventuais de adequação, reparos, ampliação ou de reformas, os quais não serão executados pela equipe fixa, salvo se autorizado expressamente pela Fiscalização/Gestão. Tais trabalhos serão executados por profissionais qualificados e especializados, sob acompanhamento e orientação de encarregado preposto da empresa contratada.
- 5.3.2. Os serviços eventuais poderão envolver as especialidades profissionais de: instalação, remanejamento ou desinstalação de aparelhos de ar condicionado existentes, ou que venham a existir, no IFRJ Campus Volta Redonda.
- 5.3.3. Os serviços eventuais poderão ser solicitados a empresa contratada mediante prévia análise e aprovação, pela



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Fiscalização/Gestão do IFRJ, dos preços ofertados através de orçamento fornecido pela própria.

- 5.3.4. O IFRJ poderá recusar o orçamento de serviços valor for julgado superestimado, podendo obter orçamento específico por sua própria iniciativa para efeito comparativo.
- 5.3.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar os profissionais necessários para execução dos serviços eventuais.
- 5.3.6. A composição de preço do serviço eventual será formada pelo quantitativo de mão-de-obra horista efetivamente utilizada e, quando necessário, o uso de peças e materiais, sendo pagos separadamente do valor mensal referente à manutenção preventiva e corretiva.
- 5.3.7. A utilização de material, equipamentos, aparelhos e ferramental básicos não acarretarão qualquer ônus adicional para o IFRJ, face ao fato dos respectivos custos comporem uma parcela dos valores referentes a mão-de-obra para a execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva.
- 5.3.8. A rotina de serviços eventuais ocorrerá da seguinte forma:
- a) o usuário fará uma solicitação, por meio eletrônico ou por memorando, e encaminhará a Fiscalização/Gestão do IFRJ para elaboração do Pedido de Orçamento (Anexo V);
 - b) o Fiscal/Gestor do contrato a ser firmado entregará o Pedido de Orçamento ao preposto da empresa contratada, que irá orçar o serviço e acordar com o Fiscal/Gestor o prazo de atendimento; o prazo para apresentação do orçamento prévio deverá ser de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação;
 - c) após o recebimento do Orçamento, o Fiscal/Gestor entrará em contato com o usuário para agendar o serviço e informar o prazo de execução acordado com a CONTRATADA;
 - d) após o serviço agendado, o Fiscal/Gestor do contrato a ser firmado irá emitir a Ordem de Serviço - OS (Anexo VI) para início da execução do serviço;
 - e) ao final da execução do serviço, o usuário irá assinar a OS, informar a data e o horário do término dos serviços e avaliar a qualidade dos serviços realizados (com foco na prestação, habilidade e limpeza dos trabalhos), na própria OS;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

f) a OS com os dados preenchidos e avaliados pelo usuário será enviada ao Fiscal/Gestor;

g) de acordo com a OS, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal, ao final do mês, para pagamento pelo IFRJ.

5.3.9. Todas as Notas Fiscais apresentadas estarão acompanhadas pelas cópias das Ordens de Serviço.

5.3.10. Cabe ao Fiscal/Gestor do contrato a ser firmado priorizar a execução dos serviços, fundamentado na significância dos riscos (emergência, urgência ou sem riscos significativos).

6. EQUIPE DE MANUTENÇÃO

- 6.1. A equipe técnica da CONTRATADA não deve ter permanência fixa nas dependências do IFRJ campus Volta Redonda.
- 6.2. Para a realização dos serviços a CONTRATADA deverá comprovar possuir profissionais habilitados para a execução da prestação dos serviços, com a seguinte qualificação: Técnico de Refrigeração, Engenheiro Mecânico e Mecânico de Refrigeração; em quantidades compatíveis para o perfeito cumprimento da execução contratual.
- 6.3. Os serviços contratados deverão ser realizados preferencialmente no horário compreendido entre 08:00h e 18:00h, de segunda a sexta-feira, salvo nos casos em que a atividade prejudicar as atividades laborais do IFRJ, sendo assim negociado entre as partes o melhor horário para a realização dos serviços, sem ônus adicionais ao IFRJ.
- 6.4. A equipe técnica da CONTRATADA deverá apresentar-se devidamente uniformizada, fazer uso de Equipamentos de Proteção Individual e obedecer às normas internas do IFRJ.

7. DAS PEÇAS, MATERIAIS DE CONSUMO, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

- 7.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais e produtos de limpeza em geral e desencrustantes, estopa, trapo, limpeza química ou mecânica de serpentinas e ventiladores, materiais para lubrificação, graxas, óleos lubrificantes, vaselina, produtos para pintura, serviços de soldagem, solda, oxigênio, nitrogênio, acetileno, corte e adaptação de tubulações de gás refrigerante, fluidos ou gases refrigerantes, filtros secadores para unidades divididas ou com condensadores remotos, substituição ou conserto dos circuitos de controle de temperatura, fusíveis, relés de proteção, relés falta de fases, capacitores, chaves



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

contadoras, parafusos, correias, polias, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, chaves seletoras, termostatos, capacitores, protetores térmicos, espumas para vedação, câmaras fan, tubos capilares, chaves termostáticas, aletas, filtros de ar e de gás, botões, cabos de alimentação, hélices, base, frente plástica, painel/espelho, gabinete, chassi.

- 7.2. Tais materiais, ferramentas e equipamentos devem ser aplicados/utilizados em conformidade com as recomendações do fabricante, não sendo admitidos materiais reconicionados.
- 7.3. Caso haja queima de peças não constantes do item 7.1. a CONTRATADA poderá apresentar nota fiscal para substituição da mesma.
- 7.4. O IFRJ só efetuará o pagamento do fornecimento dos equipamentos que por ventura sejam necessários, condicionado à apresentação da Nota Fiscal do material, e desde que os valores apresentados sejam compatíveis com os de mercado no local da prestação do serviço. Compete ao Fiscal/Gestor do contrato, quando do atesto da Nota Fiscal, aferir a aludida compatibilidade.
- 7.5. Caso os valores apresentados não sejam compatíveis com o valor de mercado, A CONTRATADA substituirá peças adquiridas pelo IFRJ sem acréscimos de custos.

8. INFORMAÇÕES GERAIS

- 8.1. Para fins de realização de manutenção corretiva, havendo necessidade de substituição de peças ou componentes para o perfeito funcionamento dos equipamentos, a empresa CONTRATADA deverá submeter, previamente ao IFRJ para aprovação, o orçamento detalhado, acompanhado de relatório com a justificativa técnica.
- 8.2. Todo o material/equipamento para a execução dos serviços deverá ser fornecido pela CONTRATADA, com prévia autorização do IFRJ.
- 8.3. A empresa LICITANTE deverá apresentar, obrigatoriamente, declaração assinada pelo seu responsável técnico e pelo seu representante legal de que vistoriou os locais e os equipamentos onde serão executados os serviços de manutenção, conforme Anexo IV, e de que tem pleno conhecimento do estado de uso e das condições físicas dos mesmos. Em nenhuma hipótese serão aceitas reclamações futuras ou alegações de desconhecimento do estado das máquinas, dos serviços a executar e de dificuldades técnicas não previstas.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

-
- 8.4.** A empresa LICITANTE deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica de prestação de serviços anteriores, semelhantes ao objeto da licitação.
- 8.5.** Todos os trabalhos serão executados por mão-de-obra especializada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT correspondentes a cada serviço constante neste Termo de Referência.
- 8.6.** Os técnicos da CONTRATADA, quando estiverem prestando serviço nas dependências do IFRJ, deverão estar uniformizados e portando crachás de identificação.
- 8.7.** A CONTRATADA ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros e/ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços contratados, reparando-os às suas custas, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do IFRJ.
- 8.8.** Todos os serviços involuntariamente não explícitos neste Termo de Referência, mas necessários ao funcionamento eficiente dos equipamentos de ar condicionado serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.9.** Prazo máximo do início dos serviços de 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato;

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1.** Todo o material usado pela CONTRATADA deve ser de primeira qualidade, as peças substituídas deverão ser genuínas, com selo e recomendadas pelos fabricantes dos equipamentos de ar condicionado.
- 9.2.** A CONTRATADA será a responsável pela limpeza do local onde ocorrerão os serviços de manutenção, depositando os materiais substituídos e/ou entulhos, em local apropriado, em container próprio e providenciando a remoção do mesmo.
- 9.3.** Durante a realização dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e eventual, a CONTRATADA deverá sinalizar convenientemente e/ou isolar o local e o equipamento, objetivando a segurança dos seus funcionários e dos usuários.



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2015
CAMPUS VOLTA REDONDA
PROCESSO(S) ADMINISTRATIVO(S) Nº. 23274.000249/2015-95

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE)

(nome da empresa) _____, CNPJ nº. _____, sediada _____ (endereço completo, telefone, fax e e-mail atualizados), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico nº. 03/2015, apresenta sua Proposta de Preço para o(s) seguinte(s) material(s) ofertado(s), conforme termos e especificações do Edital e seus anexos:

Item	Especificação detalhada	Marca	Referência ou Modelo	Valor Unitário (R\$)	Quant	Valor global (em R\$) e por extenso
01						
02						
TOTAL						

PRAZO DE ENTREGA: _____ DIAS (máximo de xx dias – de acordo com o item)

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS (mínimo de 60 dias)

GARANTIA E ASSISTÊNCIA DO FABRICANTE: _____ MESES (mínimo de 12 meses)

BANCO (Código): _____ AGÊNCIA (Código): _____ PRAÇA: _____

BANCO (Nome): _____ CONTA CORRENTE: _____

_____, ____ de _____ de ____.

(assinatura do declarante)

Nome ou carimbo do declarante: _____

Cargo ou carimbo do declarante: _____

Nº do CPF e da cédula de identidade e órgão emitente: _____

Telefone, fax e e-mail para contato: _____



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 03/2015

_____ (local e data) _____

(Nome da Empresa)

(CNPJ)

Ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO.

Prezados Senhores,

- a) Declaro, sob as penalidades cabíveis, que tomei conhecimento de todas as informações, das condições e locais de entrega para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação;
- b) Declaro que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência de fatos surgidos posteriormente;
- c) Declaro que não mantenho em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, quaisquer trabalhos a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____ (assinatura autorizada) _____

_____ (nome) _____

_____ (cargo do signatário) _____

_____ (endereço) _____



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO IV

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Pregão Eletrônico nº 03/2015

_____, representante da empresa
_____, CNPJ _____, estabelecida na
_____, visitou as instalações na Campus Volta
Redonda do IFRJ localizada à Rua Antonio Barreiros, 212 - Bairro Aterrado - Volta
Redonda - RJ - CEP: 27.213-100, para fim de comprovação que tenha conhecimento
por completo das condições e especificações referente ao Termo de Referência do
Pregão Eletrônico nº. 03/2015.

Volta Redonda, ____ de _____ de ____.

Representante da Empresa

Representante do IFRJ



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO V

MODELO DE PEDIDO DE ORÇAMENTO

PEDIDO DE ORÇAMENTO NÚMERO _____

IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

NOME:	RAMAL:
SEÇÃO:	LOCALIZAÇÃO DO SERVIÇO
SALA/LOCAL/EDIFÍCIO:	

INFORMAÇÕES SOBRE A SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO

DATA/HORA DA SOLICITAÇÃO	GRUPO DE SERVIÇO ENQUADRANTE	A SER EXECUTADO EM

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO SERVIÇO

OBSERVAÇÃO:

Volta Redonda, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura do Fiscal do Contrato)

ORÇAMENTO DA EMPRESA CONTRATADA

VALOR ORÇADO DO SERVIÇO SOLICITADO: R\$ _____ (_____)
DETALHAMENTO DO VALOR:

Serviço a ser executado em ____/____/____ Profissional Responsável : _____
Data/Assinatura ____/____/____ (Assinatura do Responsável da Empresa)



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO VI

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO NÚMERO _____

IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

NOME:	RAMAL:
SEÇÃO:	LOCALIZAÇÃO DO SERVIÇO
SALA/LOCAL/EDIFÍCIO:	

INFORMAÇÕES SOBRE A ORDEM DE SERVIÇO

DATA/HORA DA ABERTURA	GRUPO DE SERVIÇO ENQUADRANTE	EXECUTADO EM/NO

DESCRIÇÃO SUCINTA DO SERVIÇO

FISCAL	EXECUTANTE	SITUAÇÃO	TIPO DE SERVIÇO
OBSERVAÇÃO:			

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO

SERVIÇO EXECUTADO A CONTENTO ☐ SERVIÇO EXECUTADO COM RESTRIÇÃO ☐

SE SERVIÇO EXECUTADO COM RESTRIÇÃO ENUMERÁ-LAS:

Serviço executado em ____/____/____ Por: _____

Assinatura do fiscal ou executante do serviço _____

Data/Assinatura do cliente ____/____/____

Assinatura do cliente

OS aberto por:

Data/atendimento da OS:



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ, criado pela Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008, em seu inciso XXVI do Artigo 5º, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.952.708/0003-68, atualmente situado na Rua Antonio Barreiros, nº 212 – Bairro Aterrado – Volta Redonda – RJ, neste ato representado por seu Diretor Geral, **SILVÉRIO AFONSO ALBINO BALIEIRO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e CPF nº. _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, representada neste ato por nome, profissão, portador da Carteira de identidade nº. _____ e inscrito no CPF nº. _____, doravante denominado apenas CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº. 23274.000249/2015-95, referente à(ao) Pregão Eletrônico nº. 03/2015, com fundamento nas Leis nº. 10.520 de 17/07/2002, os Decretos nº. 3.555 de 08/08/2000, nº. 3.722 de 09/01/2001, nº. 3.784 de 06/04/2001, nº. 4.485 de 25/11/2002 e nº. 5.450 de 31/05/2005, e subsidiariamente aos dispositivos da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e demais legislações e normas pertinentes e demais normas legais pertinentes à matéria, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADO, no campus Volta Redonda, conforme projeto anexo ao processo.

Parágrafo Único - A execução do objeto aqui tratado obedecerá, fiel e integralmente, o (a) Pregão Eletrônico, e a proposta da CONTRATADA, nesta ordem, ambos constantes no processo administrativo nº. 23274.000249/2015-95 que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

- 2.1. Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços; e
- 2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos profissionais da licitante vencedora;
- 2.3. Fiscalizar a execução dos serviços por um representante, a quem compete também anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

CONTRATANTE o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

- 2.4. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes dos Anexos do edital, bem assim os materiais fornecidos;
- 2.5. Solicitar que seja refeito o serviço e substituído o material que não atender às especificações constantes dos Anexos do edital;
- 2.6. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

- 3.1. Cumprir fielmente este contrato, de modo que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com a Descrição dos Serviços – Termo de Referência, Anexo I – do Edital de Licitação;
- 3.2. Responder, em relação aos seus profissionais, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como:
 - a) salários;
 - b) seguros de acidente;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;
 - e) vales-refeição;
 - f) vales-transporte; e
 - g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- 3.3. Disponibilizar ou substituir, em tempo hábil, quaisquer membros da equipe de trabalho. Se não o fizer, sujeitar-se-á a multa de 0,5%(zero vírgula cinco por cento) ao dia, do valor da fatura, correspondente ao período de atraso, debitada no mês seguinte correspondente aos serviços prestados, em que se verificou a falta, na forma do art. 86 da Lei 8.666/93;
- 3.4. Responder pela apresentação pessoal de sua equipe de trabalho, dentro dos padrões estabelecidos pelo IFRJ, inclusive no que concerne ao uso de uniformes;
- 3.5. Exigir de sua equipe de trabalho, o fiel cumprimento das normas de segurança patrimonial e pessoal do IFRJ, inclusive quanto à identificação funcional;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- 3.6. Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;
- 3.7. Assumir todo o ônus decorrentes de ações judiciais, por danos causados a terceiros, direta ou indiretamente em razão da execução das obrigações pactuadas;
- 3.8. Observar o pleno cumprimento das obrigações pactuadas, procedendo à verificação dos serviços prestados, por preposto da empresa e em conjunto com o representante do IFRJ;
- 3.9. Apresentar equipe de trabalho qualificada e capacitada para desempenhar satisfatoriamente as funções, nas diversas dependências do IFRJ, para que a rotatividade seja a menor possível;
- 3.10. Ser para todos os fins e efeitos jurídicos, a única e exclusiva empregadora, afastando o IFRJ, em qualquer hipótese, de responsabilidade trabalhista;
- 3.11. Reconhecer todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, no sentido de evitar solução de continuidade nas atividades dependentes deste contrato, em decorrência da inexecução ou rescisão deste contrato;
- 3.12. Manter, durante o período de duração do presente instrumento de contrato, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que deu origem ao presente contrato;
- 3.13. Ressarcir e/ou repor o bem físico danificado, destruído ou desaparecido, responsabilizando-se pelos prejuízos ao IFRJ, bem assim, de terceiros prejudicados desde que, comprovada a ação ou omissão por parte dos funcionários da CONTRATADA;
- 3.14. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência com referência a estes encargos, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato;
- 3.15. Apresentar, no curso da execução dos serviços, sempre que for solicitada pela contratante, Certidão Negativa de Débito Salarial, emitida pelo Ministério do Trabalho – DRT, em conformidade com o § único, art. 1º do Decreto – Lei nº 368/68, com o art. 12 da Portaria Mtb nº 3.038/69 e com o art. 17, §§ 1º e 2º da Portaria GM/Mtb nº 1.061/96;
- 3.16. Submeter a equipe de trabalho aos exames médicos admissionais e periódicos, apresentando o ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) comprovando a capacitação para o trabalho, conforme disposições legais contidas na NR 7 – PCMSO, aprovada pela Portaria MTb nº 3.124 de 08/06/1978, relativo ao Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22/12/1977 somente sendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

permitida a integração do empregado à equipe de trabalho, após verificação desses atestados pelo IFRJ;

- 3.17. Para concessão de Insalubridade ou Periculosidade fica obrigado a terceirizada apresentar o Laudo Técnico Pericial, que será validado pela Divisão de Saúde do Trabalhador (DISAT), da Coordenação de Recursos Humanos (CRH), conforme critérios vigentes para os colaboradores do IFRJ;
- 3.18. É responsável pela emissão e registro da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), nos prazos fixados em Lei;
- 3.19. É responsável pelo treinamento dos membros da equipe de trabalho para as atividades a serem desenvolvidas visando a Prevenção de Acidentes de Trabalho, bem como apresentar toda documentação que comprove a realização do treinamento;
- 3.20. O presente projeto não prevê fornecimento de planos de saúde aos empregados;
- 3.21. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pela Administração, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo;
- 3.22. Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;
- 3.23. Manter os empregados dentro dos parâmetros das normas disciplinares do Contratante, não gerando qualquer vínculo empregatício com o mesmo;
- 3.24. Não repassar custos de qualquer item referente a uniformes e equipamentos a seus empregados;
- 3.25. Nas áreas reservadas ou nos dias e horários sem expediente, o ingresso nos imóveis só será permitido mediante apresentação de autorização especial, fornecida pelo Setor responsável pela Administração dos mesmos. Na falta dessa autorização e desde que caracterizada a necessidade do ingresso no local, deverá o interessado, após a identificação, ser acompanhado pelo vigilante;
- 3.26. O registro da frequência dos empregados da Contratada deverá ser por ela controlado, a qual se responsabilizará, ainda, pela fiscalização diária dos mesmos, inclusive no período noturno e especialmente nos horários de substituição dos plantonistas que, em nenhuma hipótese, poderão se retirar dos prédios portando volumes ou objetos sem a devida autorização;
- 3.27. Nenhum volume ou objeto pertencente a Administração poderá ser retirado das suas dependências, sem que seu portador esteja munido de autorização de saída, fornecida pelo setor de origem, com assinatura da chefia de categoria igual ou superior a da Seção, devidamente identificada com carimbo, contendo nome e função. Essa autorização deverá ser entregue no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

momento da retirada do material ao vigilante, que examinará sua autenticidade e a entregará imediatamente ao Setor de Administração do imóvel;

- 3.28. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pela Contratante, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da Contratante;
- 3.29. Atender de imediato as solicitações quanto às substituições da mão-de-obra qualificada ou entendida como inadequada para prestação dos serviços;
- 3.30. Instruir seus empregados quanto a necessidade de acatar as orientações do preposto da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 3.31. Relatar a Administração toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;
- 3.32. Registrar no Livro de Ocorrências as irregularidades verificadas em seu turno de serviço, comunicando imediatamente ao fiscal e ao zelador de plantão;
- 3.33. Apresentar-se uniformizado, com boa aparência, ser assíduo, educado e disciplinado;
- 3.34. Oferecer aos empregados contratados por força do contrato originário desta licitação, em cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho homologada pelo Ministério do Trabalho, os seguintes benefícios: Vales Transporte, Vales Refeição/Alimentação e Seguro de Vida;
- 3.35. Obriga-se a pagar, até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente, os salários da equipe de trabalho vinculados aos serviços objeto desta licitação, sob pena de não o fazendo, dar ensejo à cobrança de multa de mora no valor equivalente a 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o total do mês em que ocorrer a mora, a ser debitada na fatura correspondente ao mês posterior.
- 3.36. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do IFRJ, quando esses tenham sido ocasionados por seus profissionais durante a prestação dos serviços;
- 3.37. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus profissionais no recinto do IFRJ;
- 3.38. Executar os serviços constantes do objeto em conformidade com o respectivo planejamento, normas e Especificações Técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo IFRJ;
- 3.39. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

3.40. Dar integral cumprimento a sua proposta, que passa a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;

Parágrafo Único – Excluem-se da responsabilidade da CONTRATADA os danos e acidentes provocados pela inobservância, do IFRJ, quanto às recomendações, avisos, posturas e normas fixadas pela CONTRATADA, relativas à segurança.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

À CONTRATADA caberá, ainda:

- 4.1.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 4.2.** Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- 4.3.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este Contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou contingência; e
- 4.4.** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.
- 4.5.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 5.1.** É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a execução deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE.
- 5.2.** A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.
- 5.3.** É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução da totalidade dos serviços constantes do objeto deste contrato.
- 5.4.** Não poderão ser subcontratadas quaisquer das empresas participantes do certame licitatório que gerou o contrato.
- 5.5.** Na subcontratação, a empresa que mantém contrato com este IFRJ deverá apresentar à Administração do IFRJ os documentos que conferem a



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

regularidade fiscal da subcontratada, sendo este fator imprescindível para a subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente, de acordo com as condições estabelecidas no contrato, após consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, juntada ao processo ao processo a Declaração de Situação da Contratada junto àquele sistema.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento referente aos serviços prestados entre a data de início de contrato e o término do respectivo mês civil será proporcional à quantidade de dias compreendidos no intervalo, considerado o mês de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento referente aos serviços prestados entre o início do último mês de vigência do contrato e a data de término do contrato será proporcional à quantidade de dias compreendido no intervalo, considerado o mês de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE mediante crédito em conta corrente bancária indicada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO – A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pela CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de pagar os salários devidos a seu empregado ou fornecedores.

PARÁGRAFO QUINTO– A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a. execução defeituosa dos serviços;
- b. existência de qualquer débito para com o IFRJ;
- c. existência de débitos para com terceiros, relacionados com os serviços contratados, e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao IFRJ;
- d. descumprimento de qualquer obrigação legal relacionada ao objeto deste ajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ () e as despesas decorrentes da execução do serviço objeto deste, correrão, no presente exercício, à conta do Elemento de Despesa nº Fonte Nota de Empenho nº.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O presente Contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A manifestação sobre a prorrogação se dará mediante comunicação de uma das partes e aceitação da outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos do término de cada período contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA obriga-se a iniciar a execução dos serviços no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do presente contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos termos do artigo 110, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se o prazo de vencimento estipulado nesta cláusula incidir em dia em que não houver expediente será o mesmo prorrogado, automaticamente, para o primeiro dia de expediente seguinte.

CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO

9.1. Será admitida a repactuação deste contrato, visando a adequação aos preços de mercado, observado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, cuja contagem terá como marco inicial:

- a) a data-base do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente que abranja a categoria dos empregados da CONTRATADA, vigente na data da apresentação da proposta e informada na Proposta de Preços, para os itens mão-de-obra, encargos sociais, vale alimentação e outros decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho desde que originalmente previstos na referida Proposta;
- b) a data de apresentação da proposta, entendida como a de abertura da proposta, para os demais itens componentes do custo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Não será admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios de natureza trabalhista não previstos originalmente na Proposta de Preço.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As repactuações subseqüentes somente poderão ser efetivadas observando o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da última repactuação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A solicitação de repactuação deve ser acompanhada de demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada com base na Proposta de Preço apresentada na licitação, parte integrante deste instrumento.

CLAUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. O presente instrumento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A execução do contrato bem como os casos nele omissos, serão regulamentados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

As penalidades serão aplicadas de acordo com os Níveis Mínimos de serviço, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão que ocorrerá de pleno direito e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, constituindo motivos o que dispõe o art. 78 da Lei 8.666/93, ou quando:

12.1.1. A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao IFRJ for superior a 15 (quinze) dias consecutivos;

12.1.2. Quando as queixas da comunidade tiverem comprovação concreta e substanciada por sindicância administrativa.

12.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A rescisão deste contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

b) amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; e

c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Este Termo de Contrato, como também seus aditamentos, deverá ser publicado no DOU, na forma do que dispõe o parágrafo primeiro do art. 61, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO

14.1. Se o IFRJ não se valer de quaisquer dos direitos que lhe são assegurados neste Termo ou na lei em geral, ou não aplicar quaisquer sanções nele previstas, isso não importará em novação, nem em desistência de ações judiciais ou extrajudiciais posteriores. Todos os recursos judiciais ou extrajudiciais que dispõe ao IFRJ neste Contrato serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO NO VALOR CONTRATUAL

15.1. Poderá haver alteração no valor total do presente Termo para mais ou para menos, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, ocorrendo quaisquer das situações abaixo descritas:

I – criação de tributos ou encargos legais após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados; e

II – em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA.

Parágrafo Único – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1. O Contrato será acompanhado e fiscalizado pelo(s) servidor(es) designados pela Administração do IFRJ, designados através de portaria, atendendo ao disposto no art. 67 da Lei 8.666/93. Independente de qualquer aviso, o IFRJ, a seu critério, poderá fazer a substituição de seu(s) gestor(es), sem que haja necessidade de elaboração de Termo Aditivo – TA.

16.2. São atribuições do gestor:

- a. Conferir e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pelo contratado, com as alterações feitas pelo ajuste dos Níveis Mínimos de Serviço, caso seja necessário;
- b. Analisar e instruir processo concernente a faltas cometidas pelo contratado, com indicação de penalidade cabível e da necessidade ou não de rescisão contratual visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;
- c. Analisar e instruir processo concernente a aplicação de multas e execução da garantia, visando posterior encaminhamento à autoridade competente para decidir/autorizar o ato, conforme o caso;

16.3. A Fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o final do Contrato e será exercida no interesse exclusivo do IFRJ, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.

16.4. Caberá à Fiscalização do IFRJ:

- a. Aprovar a indicação do preposto pela condução dos trabalhos, pelo contratado;
- b. Nos termos do Artigo 67, § 2º da Lei 8.666/93, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.;



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

- c. Observar as falhas na execução do objeto, tanto materiais quanto relativo à mão-de-obra e a não observância aos projetos;
- d. Determinar a correção de vícios e danos detectados na execução do objeto;
- e. Esclarecer os solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no Termo de referência, especificações e outros documentos;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O IFRJ rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Contrato;

17.2. No ato da liquidação da despesa, o serviço de contabilidade do IFRJ comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da lei nº. 4.320, de 17.03.64.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro Federal da cidade do Volta Redonda, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas vias administrativas, resguardada a competência exclusiva da Justiça Federal.

18.2. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só fim de direito, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Volta Redonda, _____ de _____ de _____.

SILVÉRIO AFONSO ALBINO BALIEIRO
DIRETOR

TESTEMUNHAS:

Por Parte do IFRJ - CAMPUS VOLTA **Por Parte da**

REDONDA

Ass.: _____

Ass.: _____

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I DO CONTRATO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)

Indicador	
Nº 01 – Realização da manutenção preventiva dentro da periodicidade especificada.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a manutenção preventiva seja realizada dentro das periodicidades especificadas
Meta a cumprir	100% de realização da manutenção preventiva dentro da periodicidade especificada
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados
Forma de acompanhamento	Verificação, pelo fiscal do contrato por parte do IFRJ, da data do resultado das manutenções preventivas, comparando com a data da manutenção anterior e com a periodicidade solicitada e registro em planilha de controle.
Periodicidade	Mensal (controle Bimestral, pelo fiscal do contrato por parte do IFRJ)
Mecanismo de Cálculo	% de serviços executados nos períodos especificados: (Total de serviços executados dentro do prazo/Total de serviços requisitados) *100
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Realizar 98% a 100% do serviço - Pagamento de 100% do valor mensal contratado Realizar 95% a 97% do serviço – Desconto de 5% do valor mensal contratado. Realizar 90% a 94% do serviço – Desconto de 10% do valor mensal contratado.
Sanções	Abaixo de 90% - rescisão do contrato
Observações	-



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL – Ref. ANS 01 PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS – MÊS/ANO ____/____	
DATA PREVISTA: ____/____/_____ Quantidade de aparelhos verificados: _____	DATA REALIZADA: ____/____/_____ Percentual: ____%
DATA PREVISTA: ____/____/_____ Quantidade de aparelhos verificados: _____	DATA REALIZADA: ____/____/_____ Percentual: ____%
DATA PREVISTA: ____/____/_____ Quantidade de aparelhos verificados: _____	DATA REALIZADA: ____/____/_____ Percentual: ____%
DATA PREVISTA: ____/____/_____ Quantidade de aparelhos verificados: _____	DATA REALIZADA: ____/____/_____ Percentual: ____%
Percentual de atendimento no prazo = (Total de serviços executados dentro do prazo/Total de serviços requisitados) * 100	
FUNCIONÁRIO DA EMPRESA	
NOME: _____	
RG: _____	CPF: _____
RUBRICA: _____	
FISCAL DO CONTRATO (IFRJ)	
NOME: _____	
SIAPE: _____	
RUBRICA: _____	



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Indicador	
Nº 02 – Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva.	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir solução célere para os problemas de manutenção corretiva
Meta a cumprir	Realizar 100% do serviço em até 48 horas úteis após a abertura do chamado. Em casos excepcionais, em que for necessário um período maior que as 48 horas úteis, o novo prazo será estabelecido pelo fiscal do contrato por parte do IFRJ.
Instrumento de medição	Planilha de controle de defeitos/inadequações
Forma de acompanhamento	Verificação, pelo fiscal do contrato por parte do IFRJ, do tempo decorrido entre o atendimento da manutenção corretiva, o horário de solução do problema, comparado ao prazo de 48 horas úteis e registro em planilha.
Periodicidade	-
Mecanismo de Cálculo	(Quantidade de soluções realizadas dentro do prazo/ total de manutenções corretivas requisitadas) * 100
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Solucionar 98% a 100% dos chamados - Pagamento de 100% do valor mensal contratado. Solucionar 95% a 97% dos chamados – Desconto de 5% do valor mensal contratado. Solucionar 90% a 94% dos chamados – Desconto de 10% do valor mensal contratado.
Sanções	Abaixo de 90% - rescisão
	Reincidência da irregularidade no mesmo aparelho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis: Multa de 3% do valor mensal contratado Obs.: Esta multa é acumulativa por aparelho reincidente.
Observações	Os valores da multa na Sanção por Reincidência são acumulativos com os valores da Faixa de Ajuste .



Fls.: _____

Rubrica: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

MANUTENÇÃO CORRETIVA – Ref. ANS 02	
PLANILHA DE CONTROLE DE DEFEITOS/INADEQUAÇÕES - MÊS/ANO ____/____/____	
CHAMADO	SOLUÇÃO
01 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
02 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
03 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
04 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
05 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
06 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
07 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
08 Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Local: _____ Marca: _____ BTU's: _____ Irregularidade: _____	Data: ____/____/____ Hora: ____:____
Percentual de Solução: (Quantidade de soluções realizadas dentro do prazo/ total de manutenções corretivas requisitadas) * 100	
FUNCIONÁRIO DA EMPRESA	
NOME: _____	
RG: _____ CPF: _____	
RUBRICA: _____	
FISCAL DO CONTRATO (IFRJ)	
NOME: _____	
SIAPE: _____	
RUBRICA: _____	